

**LUGARES
DAS LÍNGUAS
ESTRANGEIRAS
EM TRADUÇÕES
DE RESUMOS
DE ARTIGOS
PUBLICADOS EM
PERIÓDICOS DA
ÁREA DE
LINGUÍSTICA
E LITERATURA**

**LUGARES DE LAS LENGUAS EXTRANJERAS EN TRADUCCIONES DE RESÚMENES DE
ARTÍCULOS PUBLICADOS EN PERIÓDICOS DEL ÁREA DE LINGÜÍSTICA Y LITERATURA**

**PLACES OF FOREIGN LANGUAGES IN ABSTRACT TRANSLATIONS OF ARTICLES PUBLISHED
IN LINGUISTICS AND LITERATURE**

Tadinei Daniel Jacumasso*

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná

RESUMO: O objetivo principal deste estudo é investigar lugares que ocupam as línguas estrangeiras nas traduções de resumos de artigos publicados em periódicos classificados como A1 avaliados pela CAPES na área de Linguística e Literatura. Trata-se de uma pesquisa que se insere na área da Sociolinguística, mais especificamente vinculada ao campo das Políticas Linguísticas. A metodologia utilizada consiste na geração de dados a partir da pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados mostram que a

* Doutor em Letras – Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Letras na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Campus de Irati-PR. E-mail: tadinei@unicentro.br.

língua inglesa ocupa nos periódicos analisados um lugar privilegiado em relação às outras línguas estrangeiras. Mostram, também, que o espanhol, o francês e o italiano são as outras línguas possíveis para a tradução dos resumos, mas representam um lugar pequeno nos periódicos investigados.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas linguísticas. Lugares das línguas estrangeiras. Qualis periódicos da CAPES. Linguística e Literatura. Tradução de resumos.

RESUMEN: El objetivo principal de este estudio es investigar lugares que ocupan las lenguas extranjeras en las traducciones de resúmenes de artículos publicados en periódicos clasificados como A1 evaluados por CAPES en el área de Lingüística y Literatura. Se trata de una pesquisa que se insiere en el área de la Sociolingüística, más específicamente vinculada al campo de las Políticas Lingüísticas. La metodología utilizada consiste en la generación de datos a partir de la pesquisa bibliográfica y documental. Los resultados muestran que la lengua inglesa ocupa en los periódicos analizados un lugar privilegiado en relación a las otras lenguas extranjeras. Muestran, también, que el español, el francés y el italiano son las otras lenguas posibles para la traducción de los resúmenes, pero representan un lugar pequeño en los periódicos investigados.

PALABRAS-CLAVE: Políticas lingüísticas. Lugares de las lenguas extranjeras. Qualis periódicos de CAPES. Lingüística y Literatura. Traducción de resúmenes.

ABSTRACT: This study aims at investigating the places that foreign languages occupy in the abstract translation of articles published in journals classified with the highest rank (A1) by the Brazilian Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) in the area of Linguistics and Literature. This study is inserted within the area of Sociolinguistics, more specifically within Linguistic Policies. The methodological procedure consists in generating data from bibliographic and documental research. Results show that English occupies, in the analyzed journals, a privileged place over other foreign languages. Moreover, results also show that Spanish, French, and Italian are other possible languages adopted in the abstract translations, however, they represent a small place in the investigated journals.

KEYWORDS: Linguistic policies. Places of foreign languages. Journal rank of CAPES. Linguistics and Literature. Abstract translations.

1 INTRODUÇÃO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), entre outras atribuições, credencia, financia, gerencia e avalia os Programas de Pós-Graduação (PPG) das universidades brasileiras. Um dos itens avaliados pela CAPES é a produção científica do corpo docente e discente dos PPG. Uma parte dessa produção é publicada em periódicos especializados, que também são avaliados e classificados pela CAPES conforme índices que qualificam a excelência de cada periódico e de cada PPG.

A avaliação desses periódicos ocorre num interstício de quatro anos. A classificação vigente, em 2020, diz respeito à avaliação feita com base no quadriênio 2013-2016. Nessa classificação, os periódicos receberam um Qualis, uma espécie de nota, que simboliza a qualidade da revista. A simbologia do Qualis Periódicos é a seguinte: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, sendo A1 a nota mais elevada. A próxima avaliação compreenderá o período entre 2017 e 2020. Os periódicos classificados como A1 ou A2 são considerados de excelência internacional. Os periódicos qualificados como B1 ou B2 dizem respeito aos de excelência nacional. Os periódicos estratificados como B3, B4 ou B5 são considerados com relevância média. Os periódicos com Qualis C são considerados de baixa relevância.

A avaliação para medir a qualidade dos periódicos ocorre dentro de cada área do conhecimento em que o periódico está inserido. São, ao todo, quarenta e nove áreas de avaliação. Uma dessas áreas é Linguística e Literatura. Nesse caso, cabe um parêntese para assinalar que o nome dessa área aparece em alguns documentos da própria CAPES como Linguística e Literatura, em outros documentos consta o nome da área como Letras e Linguística ou Letras/Linguística. Para exemplificar, no relatório da avaliação quadrienal 2017 dos PPG, que tomou como base o quadriênio 2013-2016, na primeira página, consta o nome Linguística e Literatura como área de avaliação. No mesmo relatório, na página 2, no campo que identifica a área de avaliação, consta Letras e

Linguística. Neste artigo, adotamos a terminologia Linguística e Literatura, que é o nome constante na página *web* que possibilita a busca do Qualis dos periódicos.

No que diz respeito aos lugares que as línguas estrangeiras ocupam nesses periódicos avaliados com nota máxima, conforme anunciamos anteriormente, delimitamos para a realização deste estudo, investigar as línguas que são aceitas e/ou exigidas para a tradução do resumo dos artigos publicados nesses periódicos. No gênero acadêmico artigo científico, um dos itens textuais obrigatórios é o resumo. Outro elemento obrigatório é a tradução do resumo para uma (ou mais) língua(s) estrangeira(s). No caso de artigos que não são escritos em língua portuguesa, geralmente os periódicos brasileiros estabelecem nas suas normas editoriais que para a submissão deve haver também um resumo em língua portuguesa.

Entendemos que os artigos publicados em periódicos são o principal meio de comunicar os resultados produzidos nas universidades e nos PPG. Para Alves (2016, p. 206), “[...] o periódico é veículo excelente para circulação dinâmica do pensamento e debate atualizado de perspectivas, abre janelas, convida ao diálogo, aponta caminhos e reúne vozes diversas em trabalho de pensamento e análise”. No próprio Relatório da Avaliação dos Periódicos da Área de Letras e Linguística (2013-2016), se menciona a importância dos periódicos para a divulgação da ciência produzida no país: “[...] os periódicos constituem, também na Área de Letras e Linguística [sic], meio fundamental de divulgação de pesquisas realizadas ou em processo, demarcando ações de impacto na expansão e fortalecimento do conhecimento produzido no país” (CAPES, 2017). Para Jesus (2018, p. 18), “[...] a ciência comunica seus resultados por meio, principalmente, da publicação de artigos em periódicos – e existe uma rigorosa hierarquia entre esses espaços de visibilidade, sendo alguns respeitados mundialmente e outros, praticamente desconhecidos no contexto global”. Percebemos que, ao longo dos últimos anos, os pesquisadores das universidades brasileiras têm diminuído o interesse por publicar os resultados de suas pesquisas em congressos, livros e capítulos de livros, e têm optado por publicar suas pesquisas em periódicos científicos, considerando, principalmente, esses aspectos mencionados nas citações acima.

Diante dos apontamentos introdutórios apresentados até aqui, anunciamos que trata-se de um estudo que se insere na área da Sociolinguística, sobretudo no que concerne às Políticas Linguísticas adotadas pelos periódicos ao concederem por meio de suas normas editoriais lugares privilegiados a alguma(s) língua(s) estrangeira(s) em detrimento de outras. Exploramos, neste texto, alguns postulados de Calvet (1999) em relação ao modelo gravitacional de importância das línguas no mundo. Além disso, como colocamos em discussão os conceitos de planejamento formal da língua e planejamento funcional da língua (COOPER, 1997), e os conceitos de planejamento de *corpus* e planejamento de *status* (CALVET, 2007).

No que tange às línguas minoritárias, nosso estudo está posicionado num campo de disputas e tensões acerca dos lugares que as línguas ocupam no cenário da divulgação científica. De forma ingênua, poderia se pensar que fica a critério de cada cientista escolher em qual língua se quer publicar os resultados das suas pesquisas. No entanto, não se trata simplesmente de uma escolha linguística. Trata-se de uma adequação a um mercado linguístico que delimita os lugares que as línguas podem ocupar e o alcance que a sua pesquisa pode obter dependendo da língua usada para a produção do seu artigo. Discutiremos com mais profundidade esse tema no momento da análise dos dados.

Na próxima seção, apresentamos alguns aspectos metodológicos a fim de descrevermos como foi realizada a pesquisa e a constituição do *corpus*. Na sequência, o leitor encontrará a descrição dos dados e a análise dos resultados. Na última parte, teceremos algumas considerações finais sobre os resultados alcançados com a realização deste estudo.

2 METODOLOGIA

Os periódicos incluídos no *corpus* desta pesquisa estão classificados no Qualis Periódicos da CAPES como A1, a classificação máxima, correspondente ao quadriênio 2013-2016. A busca por esses periódicos foi feita na página *web* da Plataforma Sucupira. No total, são quarenta e nove áreas de avaliação, sendo a deste estudo Linguística e Literatura. Nessa área, constam cento e sete registros de periódicos classificados como A1, no entanto isso não quer dizer que são cento e sete periódicos classificados como A1, uma vez que há revistas com versão impressa e digital, ou seja, o mesmo periódico consta como dois registros na plataforma pesquisada. Desses registros, selecionamos os periódicos nacionais brasileiros. Os periódicos internacionais não foram incluídos no *corpus*. Para

sabermos se o periódico é brasileiro, tivemos que acessar a todos, e conferir a informação individualmente. Isto, porque, não teríamos como saber quais são brasileiros e quais não são, apenas pelo nome do periódico. Por exemplo, a *Pandaemonium Germanicum* é uma revista brasileira, editada pelo PPG em Língua e Literatura Alemã e pela Área de Alemão do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e que poderia ter sido deixada de fora do *corpus* se não tivéssemos acessado a página do periódico. Há também periódicos cujos nomes estão escritos em língua portuguesa, mas não são brasileiros. Trata-se de periódicos portugueses. Nos casos em que o periódico apresenta versão digital (*on line*) e outra versão impressa, incluímos no *corpus* somente a versão digital porque verificamos que a maioria desses periódicos, apesar de ainda constarem na lista da CAPES, já não publicam mais a versão impressa. Ademais, as normas editoriais são as mesmas para as duas versões. Depois desses filtros, chegamos a um total de vinte e dois periódicos brasileiros, classificados como A1, na área de Linguística e Literatura.

Após a seleção e definição dos vinte e dois periódicos, a etapa seguinte foi acessar as normas editoriais de cada revista. Nosso olhar esteve direcionado para a parte que trata especificamente de publicação de artigos científicos. Não nos ocupamos com a análise das normas para publicação de resenhas e entrevistas, por exemplo. Na maioria dos casos, as normas editoriais para publicação de artigos estão disponíveis na página da revista no menu chamado Diretrizes para autores, ou Instruções aos autores. Nesta etapa, focalizamos especificamente o item resumo e as possibilidades de tradução do resumo dos textos escritos em língua portuguesa. Os dados dos periódicos que compõem o *corpus* estão apresentados no quadro 1, abaixo.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, apresentamos inicialmente o quadro 1, no qual constam os dados dos vinte e dois periódicos brasileiros classificados no Qualis Periódicos da Capes como A1 na área de Linguística e Literatura. Na sequência, fazemos a descrição desses dados e a análise dos resultados.

ISSN	Nome do periódico	Línguas para as quais os resumos podem/devem ser traduzidos
1807-0299	ALEA: Estudos Neolatinos	Inglês + (espanhol, francês ou italiano)
1981-5794	ALFA: Revista de linguística	Inglês
1678-5320	Ars	Inglês
2176-4573	Bakhtiniana: Revista de estudos do discurso	Inglês
1981-8122	Boletim do Museu paraense Emílio Goeldi	Inglês
0102-5767	Cadernos de Estudos Linguísticos	Espanhol, inglês ou francês
2175-7968	Cadernos de tradução	Inglês
0104-8333	Cadernos Pagu	Inglês
2317-1782	Codas	Inglês
1678-460X	DELTA. Documentação de estudos em linguística teórica e aplicada	Inglês
1806-9592	Estudos avançados	Inglês
1518-0158	Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea	Inglês + espanhol

1806-9584	Estudos feministas	Inglês
1982-2553	Galáxia	Inglês
2175-8026	Ilha do desterro	Inglês
1982-4017	Linguagem em (dis)curso	Inglês
2079-312X	Linguística	Inglês
1983-6821	Machado de Assis em linha	Inglês
1982-8837	Pandaemonium Germanicum	Inglês
1984-6398	Revista Brasileira de Linguística Aplicada	Inglês
1983-2400	Revista Linguagem & Ensino	Inglês
2175-764X	Trabalhos em Linguística Aplicada	Inglês

Quadro 1: Dados dos periódicos classificados no Qualis Capes como A1 na área de Linguística e Literatura.

Fonte: autoria própria

Na primeira coluna do quadro 1, acima, apresentamos o *International Standard Serial Number* (ISSN), que é uma combinação de oito dígitos que servem como o número de identidade de cada periódico. De posse do número do ISSN, a busca pelo Qualis do periódico fica facilitada. Na segunda coluna, constam, em ordem alfabética, os nomes dos vinte e dois periódicos investigados. Na terceira coluna, estão dispostas as línguas estrangeiras que são exigidas e/ou aceitas para a tradução dos resumos escritos em língua portuguesa.

Na coluna onde constam as línguas estrangeiras, percebemos que em apenas um periódico é possível publicar artigos sem que a tradução do resumo seja em língua inglesa. Trata-se do periódico *Cadernos de Estudos Linguísticos*, que aceita traduções do resumo para a língua inglesa, a língua espanhola ou a língua francesa. Sobre esse tema, nas normas da revista consta o seguinte:

O primeiro resumo deverá ser redigido em língua portuguesa; o segundo, em língua diferente daquela em que estiver redigido o artigo: se em português, o segundo resumo deverá ser em espanhol (RESUMEN), inglês (ABSTRACT) ou francês (RESUME). Se o artigo estiver redigido em espanhol, o segundo resumo deverá estar em língua inglesa ou francesa; se em francês, o segundo resumo deve ser em língua espanhola ou inglesa; se em inglês, em língua francesa ou espanhola. (CADERNOS DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, 2020)

Como se pode notar, fica a critério dos/as autores/as dos artigos escolherem para qual língua o resumo do artigo deve ser traduzido. Aqui cabe uma observação. A escolha é limitada a apenas três línguas estrangeiras. Essa discussão será retomada mais adiante.

Na revista *ALEA: Estudos Neolatinos*, segundo as suas normas editoriais, há obrigação de traduzir o resumo para a língua inglesa. Há também a obrigação de uma segunda tradução do resumo e a possibilidade de escolha entre as línguas espanhola, francesa e italiana.

Os trabalhos deverão ser inéditos e vir acompanhados de resumos (de até 150 palavras) em português, em inglês e numa terceira língua (espanhol, francês ou italiano) e de três a cinco palavras-chave nas três línguas em que forem feitos os resumos. O título do trabalho deve vir também em inglês. (ALEA: ESTUDOS NEOLATINOS, 2020)

Na revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, exige-se que haja duas traduções do resumo escrito em língua portuguesa. Uma das traduções deve ser feita obrigatoriamente para o inglês e a outra, também obrigatória, para o espanhol. De acordo com as normas contidas na página *web* da revista, no item que trata do resumo, consta o seguinte: “O título do artigo, o resumo e as palavras-chave devem ser apresentados obrigatoriamente nos seguintes idiomas: português, inglês e espanhol (ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA, 2020).

Há um caso que merece ser destacado nesta análise. Trata-se das normas da Revista *Linguística*, que é uma publicação oficial da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL). Consta na sua política editorial o seguinte: “Linguística tem como objetivo a difusão de pesquisas sobre temas relacionados com as línguas espanhola, portuguesa e indígenas americanas e com suas literaturas e culturas” (LINGUISTICA, 2020). A política editorial se relaciona com os objetivos da própria ALFAL, a saber: “[...] fomentar o progresso tanto da linguística teórica e aplicada e da filologia na América Latina -especialmente da linguística geral, da linguística indígena e da linguística e filologia hispânicas e portuguesas- como da teoria e crítica literárias” (ALFAL, 2020). No que diz respeito às normas para publicação de artigos na revista *Linguística*, no item que trata do resumo, está estabelecido o seguinte: “Escrito na língua do artigo e em inglês, com até 150 palavras, indicando objetivos, metodologia, resultados e conclusões. Abaixo de cada resumo, indicar de 3 a 5 palavras-chave/keywords” (LINGUISTICA, 2020). A exclusividade dada à língua inglesa para a tradução dos resumos mostra, no mínimo, um descompasso entre o objetivo principal da revista e as normas para a tradução dos resumos. Outro elemento que merece nosso destaque é que na página *web* da ALFAL os internautas podem escolher em qual língua querem ler as notícias contidas ali, e as opções de língua para a leitura são o espanhol e o português.

Como podemos notar nos dados descritos acima, há um periódico que flexibiliza (considerando um rol pequeno de línguas permitidas) a escolha da língua estrangeira para a tradução do resumo. Há outro periódico que obriga a tradução do resumo para o inglês e flexibiliza (considerando também um rol pequeno de línguas permitidas) a escolha da língua estrangeira para a segunda tradução do resumo. Ademais, há um periódico que obriga a tradução do resumo para duas línguas (inglês e espanhol). Os outros dezenove periódicos obrigam que a tradução do resumo seja feita para a língua inglesa, e somente a língua inglesa. Isso equivale a dizer que a língua inglesa ocupa um lugar privilegiado nessa esfera. Dos vinte e dois periódicos, vinte e um obrigam que a tradução do resumo seja feita para o inglês. Em percentuais, 95,45% dos lugares das línguas estrangeiras nas traduções de resumos de artigos publicados em periódicos científicos classificados como A1 na área de Linguística e Literatura são ocupados exclusivamente pela língua inglesa. Esse percentual pode ser aumentado se considerarmos que a língua inglesa é uma das opções dadas por um dos periódicos que não indica obrigatoriamente uma língua estrangeira para a tradução dos resumos. Seguindo a mesma métrica de composição da porcentagem usada para a língua inglesa, entendemos que 4,54% do espaço é ocupado pela língua espanhola. O francês e o italiano ocupam espaço muito pequeno no conjunto das revistas em análises, haja vista que não são línguas obrigatórias para a tradução dos resumos em nenhuma revista pesquisada e são opcionais em apenas um dos vinte e dois periódicos analisados.

A análise dos dados permite afirmar que a língua inglesa reina soberana no alto do pódio das línguas mais usadas para a tradução de resumos dos artigos publicados. A língua espanhola ocupa um pequeno lugar nessas traduções. As línguas francesa e italiana servem como opção para tradução dos resumos, mas não representam necessariamente um lugar reservado para elas, uma vez que não são línguas obrigatórias para tradução e servem apenas como opção. Essa análise mostra que há uma assimetria entre os lugares ocupados pelas línguas estrangeiras no *corpus* investigado.

Outra possibilidade de análise é olhar para esses dados e perceber que eles representam uma enorme exclusão de outras línguas estrangeiras (alemão, russo, ucraniano, polonês, guarani, mandarim, japonês, entre tantas outras) que poderiam servir como opção para a tradução de resumos nas publicações desses periódicos. Essa exclusão de outras línguas no campo da divulgação do conhecimento ocorre também em outras esferas da sociedade. Como exemplo, no Brasil, foi construído ao longo do tempo um mito de que aqui só se fala a língua portuguesa, desconsiderando a diversidade linguística que, conforme Morello (2016, p. 2), baseada em dados do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “[...] é formada por mais de 250 línguas indígenas, mais de 50 de descendentes de imigrantes, além das línguas crioulas, de sinais e afro-brasileiras”. Esses números podem estar superestimados, principalmente se considerarmos que a maioria dos estudos apresentados por sociolinguistas (SAVEDRA; LAGARES, 2012, por exemplo) estimava em torno de duzentos e dez línguas presentes em território nacional.

No que diz respeito à pouca valorização do multilinguismo percebida por meio da ausência de uma diversidade de línguas nas traduções de resumos dos artigos científicos, no nosso entendimento, isso é reflexo de um processo que vem sendo implantado no Brasil mais intensamente desde o início do século passado, quando houve a proibição de uso das línguas dos imigrantes e seus descendentes. O programa de nacionalização de Getúlio Vargas implementado pelo Governo Federal durante o Estado Novo (1937-1945) reprimiu fortemente o uso de línguas de imigrantes e seus descendentes. De acordo com Cardoso (2016), “[...] esse quadro se intensificou durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando o Brasil se posicionou contra os países do Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão. O governo brasileiro proibiu que imigrantes alemães, italianos, japoneses – e até poloneses e ucranianos – falassem suas línguas”.

Seguindo nosso caminho analítico, encontramos, por um lado, a defesa de que o conhecimento produzido na academia deve ser publicado em inglês para que a visibilidade do estudo seja maior. Por outro lado, publicar os resultados das pesquisas em outras línguas favoreceria o multilinguismo e colocaria línguas minoritárias em lugares de maior visibilidade. Cabe expor que a noção de língua minoritária é bastante complexa, seja em termos de definição terminológica, de caracterização e de enquadramento. Cientes de que pesa sobre o termo “minoritário” um caráter discriminatório ou pejorativo, alguns autores propõem o uso de língua minorizada, outros recomendam o uso de língua étnica, alguns aconselham o uso de língua em situação de minorização. Como não é nosso objetivo problematizar essas questões terminológicas, neste estudo trabalhamos com a noção de língua minoritária fundamentados na perspectiva de Achard (1989). Segundo ele, “[...] seriam minoritárias, em um espaço nacional dado, todas as línguas, exceto uma” (ACHARD, 1989, p. 31). É necessário aclarar que o conceito de língua minoritária não diz respeito exclusivamente ao número de falantes da língua, mas à importância (ou a falta dela) das línguas que convivem num mesmo espaço. Esse conceito tem relação com aquilo que Calvet (2007) chama de planejamento de *status* da língua, ou o planejamento funcional da língua, se adotarmos a terminologia utilizada por Cooper (1997).

Para Calvet (2007), a gestão das línguas pode ser dividida em duas partes. Uma que trata da gestão da língua em sua matéria, fazendo intervenções na forma da língua por meio de criação de dicionários, gramáticas, acordos ortográficos, matérias didáticas etc, conhecido como o planejamento de *corpus*. A outra parte é o planejamento de *status*, isto é, intervenções nas funções sociais e nas designações das línguas. Os resultados dessas intervenções determinam valores às línguas e indicam lugares por onde elas podem/devem transitar. Nas palavras de Cooper (1997), o planejamento de *corpus* é tratado como planejamento formal da língua e o planejamento de *status* é tratado como planejamento funcional da língua. Esse autor ainda acrescenta um terceiro tipo de planejamento, que é o planejamento de aquisição da língua.

Em relação ao lugar hegemônico ocupado atualmente pela língua inglesa em diversos âmbitos das sociedades modernas – o campo da Ciência e do Ensino Superior é um deles –, esse lugar de destaque é decorrente de políticas linguísticas que foram desenvolvidas ao longo das últimas décadas. Políticas linguísticas em nível de *corpus* (simplificação de estruturas linguísticas, conjugações verbais, entre outros) e em nível de *status*. Apesar de esses dois níveis de políticas se relacionarem e se complementarem mutuamente, nosso estudo se alinha mais diretamente no âmbito do *status* que ocupam as línguas estrangeiras. Trata-se, portanto, de um estudo vinculado essencialmente às políticas que se direcionam ao *status* e aos lugares das línguas. Aqui, cabe um alerta para o leitor não familiarizado com o tema: seguindo os postulados de Calvet (2007), frisamos que as políticas linguísticas não são um fenômeno da natureza. Elas se desenvolvem em meio a relações de poder e de disputa e, portanto, são produto do fazer humano, de modo que são resultados de interesses, de crenças, de objetivos de quem detém o poder e a capacidade de articular essas políticas em sociedade. As normas editoriais das revistas, por exemplo, são pensadas, definidas e colocadas em prática por um grupo de pessoas, que compõem o que se costuma chamar na maioria dos casos de Conselho Editorial. As decisões editoriais, portanto, são políticas linguísticas decorrentes de interesses pessoais e não fruto de fenômenos naturais.

No seu estudo sobre a importância das línguas no mundo, Calvet (1999) se utiliza da metáfora da constelação linguística para explicar os lugares que ocupam as línguas no espaço cósmico. Para o autor, de forma resumida, a língua inglesa é a língua hipercentral, a que está no centro da constelação e, portanto, a mais importante. Gravitam ao redor do inglês algumas línguas supercentrais, como o português, o espanhol, o alemão, o francês etc. Ao redor dessas línguas supercentrais gravitam algumas centenas de línguas centrais (para exemplificar: gravitam ao redor do francês o wolof, o bambará, o bretão, etc.), e ao redor das línguas centrais estão gravitando alguns milhares de línguas periféricas, como o guarani, o tikuna, o kaiowá, o kaingang, o xavante

etc. Esse modelo proposto por Calvet (1999) é baseado na perspectiva de que as línguas se ligam entre si por meio de sujeitos bilíngues.

O lugar privilegiado que ocupa a língua inglesa atualmente é reflexo de políticas (linguísticas, educacionais, econômicas, editoriais, entre outras) que foram sendo adotadas ao longo do século XX e início do século XXI, especialmente quando a globalização provoca pessoas de países diferentes, falantes de línguas diferentes, a se comunicarem. E vale mencionar que a intensidade e magnitude dessa hegemonia que ocupa a língua inglesa é algo que talvez nunca antes tenha ocorrido na história da humanidade. No entanto, vale assinalar também que em outros tempos, outras línguas foram “escolhidas” como língua de comunicação entre os povos. Para Jesus (2018, p. 18), “[...] a história mostra que a humanidade tende a eger, de modo cíclico, línguas francas, sendo essa virada para o século XXI o momento de predomínio do inglês na comunicação, no comércio internacional, na mídia, na educação e na ciência, entre outras esferas”. Fica implícito nas palavras da autora que o lugar ocupado pelo inglês atualmente poderá, por alusão, ser ocupado por outra(s) língua(s) no futuro. Nesse sentido, é válido expor que o quadro atual é reflexo de uma sucessão de políticas linguísticas (planejamento de *status*) que colocaram o inglês no centro do sistema de produção e divulgação científica. Se quisermos que esse cenário seja alterado, será necessário, também, uma série de políticas linguísticas que objetivem a ocupação de lugares por outras línguas atualmente colocadas à margem desse sistema.

Para os defensores do monolinguismo em língua inglesa, o cenário linguístico atual é perfeito. Por outro lado, para os que defendem o multilinguismo, esse cenário é problemático, pois a tendência é que os conhecimentos produzidos na periferia do sistema linguístico sejam invisibilizados à medida que apenas uma língua é valorizada. Além disso, é necessário alertar que esse cenário em que a língua inglesa assume tal hegemonia tende a se ampliar se as políticas linguísticas vigentes forem mantidas. O quadro das línguas estrangeiras ofertadas na matriz curricular das escolas brasileiras é um caso que pode servir como exemplo recente de favorecimento político-linguístico ao inglês. Por meio da Medida Provisória nº. 746, convertida na Lei n. 13.415, de fevereiro de 2017, desde o ano letivo de 2018, há a reserva legal de lugar destinado à língua inglesa nos currículos das escolas. De acordo com o contido nessa lei, no Art. 35-A, § 4º, “[...] os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino” (BRASIL, 2017).

Como se pode notar, há a determinação explícita sobre qual língua estrangeira as escolas devem ofertar para os seus discentes. Os impactos causados por essa lei são muito significativos. Para a língua inglesa, os impactos dessa lei são extremamente positivos, pois fazem movimentar todo um mercado linguístico, econômico, educacional e editorial relacionado a essa língua. Para as outras línguas estrangeiras, em especial para a língua espanhola que ocupava um lugar na matriz curricular de algumas escolas, os impactos dessa lei são negativos, pois reduzem a visibilidade e o espaço que o espanhol ocupava antes da aprovação da referida lei.

Outro dado que devemos mencionar nessa linha analítica sobre os lugares ocupados pelas línguas na produção e na divulgação do conhecimento científico tem a ver com a tentativa de internacionalização das universidades. Essa tentativa de internacionalização tem provocado, por exemplo, docentes a ministrarem suas disciplinas na graduação e na pós-graduação em língua inglesa. Isso ocorre porque as instituições intencionam fazer aproximação com os grandes centros de poder a fim de angariar recursos financeiros externos, de mostrar aquilo que se produz nos seus centros de pesquisa, mesmo que para isso tenham que abrir mão de sua diversidade linguística. Sobre este assunto, Jesus (2018, p.18) pontua o seguinte: “O problemático é que essas políticas incentivam a manutenção do processo excludente que está instaurado na ciência. Afinal, a priorização do inglês como língua da ciência tem consequências que colocam em risco as línguas periféricas e invisibilizam os conhecimentos que nelas são produzidos e circulam”.

Para Hamel (2013), a reserva de lugar em grande escala para uma única língua pode acarretar, desde uma perspectiva ecológica, especialmente nas áreas de ciências sociais e humanas, um empobrecimento arriscado do próprio desenvolvimento científico, além de acentuar ainda mais as assimetrias já existentes, tanto nas condições de acesso à ciência internacional como na produção e circulação da ciência e tecnologia próprias dos países não anglófonos. Ademais, os pesquisadores falantes de inglês “[...] se tornam cada vez mais monolíngues na sua competência linguística real, mas ainda mais na prática de seus membros que já não levam em conta o que se trabalha e publica em outras línguas” (HAMEL, 2013, p. 325). Para o autor, é urgente que criemos políticas e parcerias capazes de fortalecer as línguas que não estão no centro do sistema de divulgação do conhecimento científico produzido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traçamos como objetivo central investigar lugares que ocupam as línguas estrangeiras nas traduções de resumos de artigos científicos publicados em periódicos brasileiros avaliados na área de Linguística e Literatura e classificados no Qualis Periódicos da CAPES como A1. As análises que fizemos mostram que a língua inglesa ocupa um lugar privilegiado em relação às outras línguas estrangeiras que são aceitas para as traduções dos resumos. Além disso, ficou evidente na nossa análise que são pouquíssimas as línguas que figuram como opções para a tradução dos resumos nas publicações dos periódicos avaliados. Esse dado demonstra como o multilinguismo é pouco valorizado, especialmente no campo da produção do conhecimento e da divulgação científica.

Tentamos mostrar ao longo das análises que a centralidade de importância dada à língua inglesa pode, por um lado, ser benéfica se considerarmos o alcance que as publicações feitas nessa língua tem. Por outro lado, alertamos sobre o aumento da invisibilização das outras línguas que cada vez mais são colocadas em lugar periférico. Os dados analisados sinalizam que existe no campo da produção e divulgação científica uma assimetria nos lugares ocupados pelas línguas estrangeiras. Resta-nos investigar se essa desigualdade de lugares ocupados pelas línguas estrangeiras também se estende às publicações em periódicos classificados com outros (mais baixos) estratos do Qualis da CAPES. Para sanar essa dúvida, o caminho a ser seguido é o da pesquisa científica, realizando outros estudos que possam aclarar essa interrogação.

A título de conclusão, cabe-nos ressaltar que os lugares ocupados pelas línguas e seu *status* são decorrentes de políticas linguísticas que são definidas por pessoas, especialmente por aquelas que ocupam posições de poder em relação à gestão das línguas. No caso das normas editoriais das revistas, cabe às pessoas que compõem o seu conselho editorial definir em quais línguas os artigos podem ser escritos para publicação e para quais línguas os resumos podem ser traduzidos. Sendo assim, cabe a todos nós, pesquisadores, editores, membros de conselho editorial e defensores de línguas minoritárias, ajudar a promover uma mudança de atitude favorável ao multilinguismo, seja no campo da produção do conhecimento e da divulgação científica, seja em outros âmbitos da sociedade. Se fizermos isso, estaremos contribuindo para que outras línguas funcionem também como meio de divulgação dos resultados das pesquisas e, com isso, ajudaremos a diminuir a velocidade com que caminha a língua inglesa na ocupação de espaços privilegiados para a divulgação do conhecimento, como são os periódicos especializados.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Um ideal monolíngue. In: VERMES, G.; BOUTET, J. (org.). *Multilinguismo*. Tradução: Tânia Alkmin. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1989. p. 31-55.

ALEA: ESTUDOS NEOLATINOS, *Instruções aos autores*, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1517-106X&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 abr. 2020.

ALFAL, *Associação de Linguística e Filologia da América Latina*, 2020. Disponível em: https://www.mundoalfal.org/es/pt_noticias. Acesso em: 17 abr. 2020.

ALVES, I. A qualificação de periódicos na área de letras e linguística: questões para reflexão. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, n. 40, p. 204-210, 2016. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1029>. Acesso em 17 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 19 abr. 2020.

CADERNOS DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, *Diretrizes para autores*, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/about/submissions>. Acesso em: 19 abr. 2020.

CALVET, L-J. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.

CALVET, L-J. *As políticas linguísticas*. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial/Ipol, 2007.

CARDOSO, M. *Plataforma do Letramento: o Brasil e suas muitas línguas*. Disponível em: <http://ipol.org.br/plataforma-do-letramento-o-brasil-e-suas-muitas-linguas/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

COOPER, R. L. *La planificación lingüística y el cambio social*. Trad. José María Serrano. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Comissão de Avaliação. *Relatório da Avaliação dos Periódicos da Área de Letras e Linguística (2013-2016)*. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA, *Diretrizes para autores*, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/about/submissions>. Acesso em: 19 abr. 2020.

HAMEL, R. H. El campo de las ciencias y la educación superior entre el monopolio del inglés y el plurilingüismo: elementos para una política del lenguaje en América Latina. *Trab. ling. aplic.*, Campinas, SP, n. 52, v. 2, p. 321-384, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a08v52n2.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

JESUS, P. C. S. G. de. *Política e planejamento linguístico para ciência e educação superior: possibilidades do multilingüismo para a produção e a difusão de conhecimento*. 2018. 218 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/205985/PLLG0757-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 abr. 2020.

LINGÜÍSTICA, *Instruções aos autores*, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/revistas/ling/pinstruc.htm>. Acesso em: 17 abr. 2020.

MORELLO, R. Censos nacionais e perspectivas políticas para as línguas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, n. 33, v. 2, p. 431-439, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-30982016a0041>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SAVEDRA, M. M. G.; LAGARES, X. C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. *Gragoatá*, v. 17, n. 32, p. 11-27, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33029/19016>. Acesso em: 13 abr. 2020.



Recebido em 22/04/2020. Aceito em 16/12/2020.